

**Resenha do livro *Refundación del Estado em América Latina: Perspectivas desde una Epistemología del Sur*, de Boaventura de Sousa Santos.**

**Keren González<sup>1</sup>  
Leticia Lindolpho<sup>2</sup>**

*ESTÁN AQUÍ*

*He de llamar aquí como si aquí estuvieran. Hermanos: sabed que nuestra lucha continuará en la tierra.*

*Continuará en la fábrica, en el campo, en la calle, en la salitrera. En el cráter del cobre verde y rojo, en el carbón y su terrible cueva. Estará nuestra lucha en todas partes, y en nuestro corazón, estas banderas que presenciaron vuestra muerte, que se empaparon en la sangre vuestra, se multiplicarán como las hojas de la infinita primavera.*

(**Canto Genral**, Pablo Neruda)

Por meio deste trabalho, objetiva-se apresentar uma síntese do livro *Refundación del Estado em América Latina: perspectivas desde una epistemología del Sur*<sup>3</sup>, de Boaventura de Sousa Santos. Palacín (2010, p.10), autor do prólogo desta obra, afirma que ele é um dos poucos acadêmicos e intelectuais europeus que não se limita ao saber canônico para examinar as questões socioculturais e políticas da América Latina. Na opinião dele, Santos rompe com o modelo tradicional de aproximação à realidade, pois, para este, a realidade e seus agentes podem ser tanto objetos de estudo, quanto sujeitos capazes de produzir um saber. Em virtude disso, o pesquisador português considera que a epistemologia sobre América Latina deve privilegiar este contexto como lugar de enunciação. Isto significa que, ao invés de analisar a realidade latino-americana, a partir de uma perspectiva eurocêntrica e hegemônica, é imprescindível examiná-la considerando, principalmente, as pesquisas e os trabalhos promovidos pelos próprios latino-americanos.

Nesse sentido, embora tenha nacionalidade portuguesa, Santos sai de um lugar de conforto, proporcionado pelo saber eurocêntrico, e direciona seu olhar para América Latina, não só para observá-la e analisá-la através de instrumentos europeus, mas para tentar compreendê-la por meio dos elementos e saberes oriundos desse universo. A fim de

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Federal Fluminense.

<sup>2</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Federal Fluminense.

<sup>3</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. *Refundación del Estado em América Latina: perspectivas desde una epistemología del Sur*. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad; Programa Democracia y Transformación Global, 2010.

concretizar esse projeto, este intelectual desenvolve diversos análises sobre América Latina, entre os quais se destaca o estudo intitulado *Refundación del Estado en América Latina: perspectivas desde una epistemología del Sur*.

Nessa obra, Santos apresenta um exame sobre os processos sociais, políticos e culturais contemporâneos que se configuram nos países latino-americanos. O estudioso faz um recorte e, por meio de uma epistemologia, a qual denomina *Epistemología del Sur*, analisa as mudanças políticas que vem ocorrendo em Bolívia e Equador, cujas constituições proclamam o Estado plurinacional e o *Bien vivir*.

Em *Refundación del Estado en América Latina: perspectivas desde una epistemología del Sur*, inicialmente, Santos aponta para a necessidade de estabelecer uma distância em relação à tradição crítica eurocêntrica e assinala alguns motivos. O primeiro deles diz respeito às dificuldades que o pensamento crítico vem apresentando nos últimos trinta anos, no âmbito da própria “imaginação política”, a qual fundamenta a teoria crítica e a política emancipatória. Os problemas surgem em virtude do paradoxo provocado pelos dois sistemas de dominação que se impuseram na América Latina, já que, para uns, é inconcebível o fim do capitalismo e colonialismo e, para outro, é imaginável que esses sistemas não tenham fim.

A segunda causa para que a crítica latino-americana se distancie da eurocêntrica, deve-se à legitimação de um Estado plurinacional, devido ao crescente protagonismo dos movimentos indigenista, camponês, o afrodescendente e feminista e das lutas promovidas por estes movimentos. Isso quer dizer que, para compreender a complexidade de um Estado plurinacional, é fundamental que os promotores dessa conquista elaborem uma *arqueología do saber*<sup>4</sup> latino-americano, para o desenvolvimento e fortalecimento desse novo Estado.

O terceiro motivo, de certa forma, é uma consequência do segundo, já que os movimentos sociais tem ressemantizando antigos conceitos e tem introduzido substantivos novos que não têm precedentes na teoria crítica eurocêntrica. Dessa maneira, propicia-se a perda dos substantivos críticos os quais permitiam que a teoria crítica se diferenciasse das teorias convencionais ou burguesas.

O último motivo, assim como o terceiro, resulta das lutas dirigidas pelos grupos sociais já citados, posto que o modo de organização desses movimentos nem sempre corresponde às formas de organização privilegiadas pela teoria – o partido ou o sindicato.

---

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel. *A arqueología do saber*. Tradução de Luiz Felipe B. Neves, 7ª Ed., Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2008.

Nesse fato, nota-se a discrepância entre teoria e prática. Em virtude dessas mudanças no cenário político, social e cultural latino-americano, Santos insiste na necessidade de criar uma teoria própria, latino-americana, distanciada da teoria eurocêntrica, a fim de possibilitar espaços analíticos para as novas realidades que vem sendo percebidas.

No entanto, segundo esse pesquisador, estabelecer uma distância com relação à teoria eurocêntrica não significa se desvincular dela, mas se conscientizar de que essa teoria não é adequada para refletir acerca dos aspectos transnacionais e inéditos que se configuram na América Latina contemporânea. Sendo assim, a teoria eurocêntrica não proporciona soluções efetivas para as problemáticas que circundam o universo dos grupos marginalizados ao longo do tempo. Esse trabalho será possível quando haja uma aproximação às críticas que permitam compreender as complexidades latino-americanas, possibilitando a dupla sociologia transgressiva – a *sociología de las ausencias* e a *sociología de las emergencias* - isto é, uma sociologia que tenta, por um lado, mostrar tudo aquilo que, a partir de uma perspectiva racional e monocultural não existe, é invisível, não inteligível ou descartável; por outro, projetar um futuro plural e concreto, o qual vai se construindo no presente através das atividades de cidadania.

De acordo Santos, a sociologia das ausências e das emergências marca o ponto de partida para o estabelecimento da distância com relação à tradição crítica ocidental, possibilitando a elaboração de uma crítica alternativa, a qual ele denomina *Epistemología del Sur*. Esta epistemologia, por meio das práticas das classes e grupos sociais, marginalizados e injustiçados pelas desigualdades e discriminações causadas pelo capitalismo e colonialismo, propiciará a realização de uma *ecología de los saberes* e a tradução intercultural. Isso significa a possibilidade de elaborar novos processos de produção e valorização de novos conhecimentos válidos, científicos e não científicos, e contribuir para o estabelecimento de novas articulações entre os diversos saberes, com a finalidade de tornar legível todas as ações dos múltiplos atores sociais latino-americanos que lutam por sua legitimação política e sociocultural.

No contexto sócio-político-cultural latino-americano contemporâneo, o intelectual português assinala quatro dimensões: a lutas, a acumulação, a hegemonia e o debate civilizatório. Na primeira dimensão, coexistem duas formas de lutas - de um lado, lutas muito avançadas e ofensivas, cuja solução, em muitos casos, é proposta pelo Estado; de outro, lutas menos desenvolvidas e defensivas, nas quais o Estado, muitas vezes, é um gerador de problemas.

Na segunda dimensão, do mesmo modo que na primeira, se percebe uma dualidade, a qual consiste em haver duas formas de acumulação de capital, imaginadas por Marx como sequenciais. Uma resulta da reprodução ampliada de capital que opera por mecanismos econômicos e a outra consiste na apropriação da terra, dos recursos naturais e da força de trabalho para sustentar a reprodução ampliada. Essa apropriação, quase sempre, se efetuará de maneira ilegal e violenta e, sempre, recorrerá a recursos extraeconômicos (políticos, coercitivos).

Na terceira dimensão, nos últimos anos, vem ocorrendo uma apropriação de mecanismos políticos hegemônicos como a democracia representativa, o direito, os direitos humanos e o constitucionalismo, para efetuar ações contra-hegemônicas. Esse movimento é dirigido pelas classes populares, com a finalidade de promover o avanço de suas agendas políticas, as quais não devem limitar-se ao marco político-econômico do Estado liberal e da economia capitalista.

Por último, na quarta dimensão, nota-se o debate civilizatório, que desde a conquista foi violentamente suprimido, por meio de genocídios, evangelização, tutela estatal dos “menores” indígenas, assimilação e mito da democracia racial. Atualmente, essa discussão se encontra na agenda política e se manifesta através de dualidades complexas inerentes a universos culturais e políticos diferentes. Na opinião de Santos, o debate civilizatório, a partir do reconhecimento das dualidades como diferenças iguais, promoveria a interculturalidade igualitária e possibilitaria o surgimento de novos conceitos, teorias e políticas, as quais apresentariam soluções políticas para os conflitos gerados, ao longo do tempo, pelos sistemas de dominação, o capitalismo e o colonialismo.

Com relação às soluções políticas para as problemáticas geopolíticas e econômicas latino-americanas, Santos se limita a descrever somente duas: a natureza da transição e refundação do Estado. De acordo com o pesquisador, há controvérsias com relação ao início e fim das transições políticas latino-americanas. Para a literatura canônica, estas teriam se iniciado com o fim dos regimes ditatoriais e terminará quando se efetue a democracia representativa. Contudo, para os movimentos indígenas, afrodescendentes e camponeses, as transições não se limitam às transições democráticas.

Do ponto de vista desses movimentos, o início das transições é concomitante com o início da exploração da força de trabalho dos indígenas, afrodescendentes e camponeses e submissão ao modo de vida eurocêntrico e capitalista; conseqüentemente, o fim dessas transições acontecerá quando os direitos desses grupos sejam reconhecidos e legitimados,

para tentar reverter o quadro atual de intensa desigualdade social causada pela opressão desses indivíduos, ao longo da história latino-americana.

Segundo Santos, “o Estado” passa por profundas transformações desde a crise financeira de 2008. No entanto, é questionável até que ponto as mudanças que vem ocorrendo nas últimas décadas afetam as estruturas institucional e organizacional do Estado. O autor também assinala que, em América Latina, nos últimos vinte anos, o argumento de que “o Estado está de volta” ganhou força. Contudo, ele se questiona com relação ao caráter do Estado renascente. Ademais, este intelectual aponta para duas vertentes de transformação do Estado – o Estado como comunidade ilusória e o *Estado de las venas cerradas*. O primeiro caso se caracteriza por apresentar um conjunto de reformas recentes que pretendem que o Estado adquira novamente uma centralidade na economia e nas políticas sociais. Para Santos, o *Estado-comunidade-ilusoria* tem uma vocação nacional-popular e transclasista. O Estado como “comunidade” consiste no fato dele incorporar algumas demandas populares através de investimentos financeiros e simbólico-ideológicos, ou seja, ele transforma interesses privados em políticas públicas na defesa do bem comum. Já o caráter “ilusório” é determinado pelo sentido classista do transclassismo, isto é, na medida em que denuncia as manifestações de poder classista invisibiliza mais os fundamentos desse poder e os torna intocáveis.

A outra vertente de transformação do Estado é o *Estado de las venas cerradas*, a qual permitiria a refundação do Estado moderno capitalista colonial. Santos acredita que este seria um objetivo muito mais amplo do que *Estado-comunidade-ilusoria*, posto que refundar o Estado significa sintetizar as possibilidades e limites da “imaginação política” de projetar o fim tanto do capitalismo quanto do colonialismo. Para ele, o Estado moderno está presente na sociedade aquém de sua institucionalidade.

Dessa forma, refundar o Estado não significa eliminá-lo, mas remantizá-lo para que se estabeleçam diálogos interculturais que mobilizem diferentes universos culturais e diferentes concepções de tempo e espaço. Isso exige uma mudança nas relações sociais, na cultura e, principalmente, na economia. Além disso, o Estado a ser refundando, na perspectiva do movimento indígena, deve se ancorar nas formas que antecederam à colonização que sobreviveram à repressão e até hoje permeiam, ainda que de maneira fragmentaria e diluídas as regiões mais pobres e remotas do continente americano. Santos afirma que, embora, as agências do capitalismo global insistam em declarar superada a socialdemocracia europeia, ela continua atraindo líderes populistas latino-americanos, em virtude de ter sido uma transformação progressista menos radical do Estado moderno.

Na opinião do intelectual português, os movimentos indígenas são a vanguarda na luta pela refundação do Estado. Eles são conscientes das dificuldades que este projeto apresenta e sabem que a refundação do Estado será possível quando o capitalismo e colonialismo deixem de vigorar. Ao imaginar o fim desses dois sistemas de dominação e exploração, esses movimentos se distanciam da tradição crítica eurocêntrica a qual não consegue conceber o fim tanto do capitalismo quanto do colonialismo. Segundo Santos, a refundação do Estado é viável e, atualmente, ainda que esse processo esteja mais avançado na Bolívia e no Equador, os problemas que a refundação do Estado suscita são relevantes para América Latina e para o mundo.

Nesse sentido, este estudioso caracteriza América Latina como o campo mais avançado de lutas anticapitalistas e anticolonialista. No entanto, para que esse projeto continue, ele insiste na necessidade de se distanciar da tradição crítica eurocêntrica, posto que, dessa forma será possível a desconstitucionalização da Constituição, contribuindo para a pressão contra a hegemonia de instituições estatais. Esse processo exige o reconhecimento da plurinacionalidade, a partir do qual se orientará a construção de uma nova constituição, de uma nova institucionalidade, do pluralismo jurídico, de um novo projeto de país, de uma nova territorialidade, de novas formas de Estado, de novas formas de planificação, de uma democracia intercultural, em fim.

Em virtude do que foi exposto, pode-se afirmar que o trabalho desenvolvido pelo estudioso português é relevante para as pesquisas desenvolvidas acerca da realidade sociocultural e política da América Latina. Embora sua origem seja europeia, Santos não se restringe ao conhecimento produzido pelo saber hegemônico. Este intelectual se despe de preconceitos e reconhece o valor do saber latino-americano para a compreensão de uma realidade complexa, na qual há uma constante tensão entre as semelhanças e as diferenças que compõem as nações desta parte do continente americano.